

EDITAL Nº 192/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO. Objeto: Aquisição de Praticáveis telescópico, Pés quadrados de alumínio, Púlpito, Mesas em acrílico e de apoio e Prisma, para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, na forma especificada neste Termo de Referência. Recebimento e Abertura de Propostas: às 09 horas do dia 24/09/2021. Disputa: 10 horas do dia 24/09/2021. Edital: site www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.canoas.rs.gov.br

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras, torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto a Aquisição de Praticáveis telescópico, Pés quadrados de alumínio, Púlpito, Mesas em acrílico e de apoio e Prisma, para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, na forma especificada neste Termo de Referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO, nos termos deste edital e de seus anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Municipal nº. 829/2009, Decreto Federal 10024/2019, artigo 24 e, subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), conforme as disposições da Lei Complementar 123/2006 (artigos 47 e 48) e suas alterações (Lei Complementar 147/2014 e Decreto Municipal nº 106/2018.
- 1.2. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, através da utilização do aplicativo "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, sendo os trabalhos conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.
- 1.3. REALIZAÇÃO O acesso ao pregão eletrônico está disponível nos *sites* da Prefeitura Municipal de Canoas: www.canoas.rs.gov.br, link licitações e do Banrisul www.pregaobanrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
- 1.4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS até às 09 horas do dia 24/09/2021.
- 1.5. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS às 10 horas do dia 24/09/2021.
- 1.6. TEMPO DE DISPUTA a critério do(a) pregoeiro(a) (por item), acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.
- 1.7. REFERÊNCIA DE TEMPO para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília DF.
- 1.8. Impugnações ao edital caso interpostas, deverão ser dirigidas ao pregoeiro até 03 dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br e, posteriormente em campo próprio do sistema. Não serão aceitos se remetidos via fax ou correio.
- 1.9. Pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos ao(a) pregoeiro(a) até 03 dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br. Não serão aceitos se remetidos via fax ou correio.
- 1.10. Todo e qualquer pedido referente a este certame, realizado após a assinatura do Contrato, ou documento equivalente, deverá ser protocolado junto à Central de Atendimento ao Cidadão CAC.
- 1.11. Expediente externo: De segunda-feira à sexta-feira, das 12 h às 18 h, exceto feriados. Eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC), e Mural Oficial sito rua Frei Orlando, nº. 199, térreo, Centro Canoas/RS, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.
- 1.12. Integram o presente edital os seguintes anexos.



Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação disposto no artigo 4°, inciso VII, da Lei 10520/2002.

Anexo III – Modelo de declaração que não está suspensa de participar de licitação e impedida de licitar e que não foi declarada inidônea de licitar e contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao Art. 7°, XXXIII da CF/88 e do artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93.

Anexo IV - Modelo de declaração de que não está incursa nos impedimentos do § 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

Anexo V - Termo de credenciamento.

Anexo VI – Formulário de dados da Empresa.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar da licitação APENAS AS MICRO EMPRESAS (ME) E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul CECOM através do site www.pregaobanrisul.com.br ou www.cecom.rs.gov.br
- 2.1.1. A ME ou EPP interessada em participar da licitação deverá apresentar, na forma da Lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração formal, conforme anexo III, de que não está incursa em nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei ou de carta de credenciamento.
- 2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, bem como declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas suas esferas federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, respectivamente.
- 2.3. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei nº. 8.666/93.
- 2.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.
- 2.5. É vedada a participação de empresa que possua em seu quadro societário, servidores (efetivos ou comissionados) do Município de Canoas, ou em suas autarquias e fundações, na condição de sócios ou administradores.
- 2.6. Nos termos dos artigos. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6 do edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal.
- 2.7. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de 05 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.8. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no <u>art. 81 da Lei n.º 8.666/93</u>, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.
- 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) junto ao provedor do sistema através do site www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto à Sessão de Cadastro da Central de Compras/RS CECOM, podendo também ser acessada através do site www.cecom.rs.gov.br.

- 3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto a CECOM poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.
- 3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A. (provedor do sistema) ou ao Município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. DA PROPOSTA FINANCEIRA

- 3.5.1. A proposta financeira deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, o qual deverá conter as seguintes informações:
- 3.5.2. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto proposto e outros elementos que identifiquem suas configurações (conforme anexo I), ou declaração de pleno atendimento as especificações contidas no edital.
- 3.5.3. A escolha do material a ser utilizado para a comprovação das especificações técnicas do objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital;
- 3.5.4. Prazo de validade da proposta financeira, que não poderá ser inferior a 60 dias;
- 3.5.5. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 3.5.6. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.5.7. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. OBSERVAÇÕES RELATIVAS À PROPOSTA FINANCEIRA

- 4.1. O preço proposto será cotado em reais e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.
- 4.11. A omissão na proposta financeira em relação a exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.
- 4.1.2. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- 4.1.3. O preço proposto será fixo e irreajustável pelo período de 12 meses, salvo o disposto na Lei nº 10.192/2001 e Decreto Municipal nº 12/2013.
- 4.1.4. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta financeira, considerar-se- á tacitamente indicado o prazo 60 dias.

4.1.5. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura das propostas, prevista esta no item 1.5. deste edital. 4.1.6. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) finais, até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

- 5.1. O julgamento obedecerá ao critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Art. 4°, inciso X, da Lei nº. 10.520/02.
- 5.2. A análise da proposta financeira pelo(a) pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:
- 5.3. Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no edital.
- 5.4. Que apresente preços manifestamente inexequíveis.
- 5.5. Que não contiverem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.
- 5.6. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das propostas financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços praticados no mercado, bem como aos preços unitários e totais estabelecidos no anexo I.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades simples, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício.
- 6.1.2. Se procurador, preposto ou credenciado, procuração ou termo de credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todo os demais atos inerentes à licitação, acompanhado de documento(s) que confirme(m) ser o outorgante representante legal da licitante. Tais documentos deverão ser autenticados ou cópias simples acompanhadas de originais para autenticação.
- 6.1.3. Declaração formal, conforme anexo II, de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no Art. 27, inciso V, da Lei nº. 8.666/93.
- 6.1.4. Declaração formal, conforme anexo III de que não está suspensa de participar de licitação e impedida de licitar e que não foi declarada inidônea de licitar e contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao Art. 7°, XXXIII da CF/88 e do artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93.
- 6.1.5. Declaração formal, conforme anexo IV de que não está incursa nos impedimentos do § 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 6.1.6. Prova de regularidade fiscal e trabalhista será efetuada por meio da apresentação dos seguintes documentos:
- a) Cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº. 1.005/2010;
- b) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união e a seguridade social, expedida nos termos do Decreto Federal nº 5.512/05 e da Portaria Conjunta RFG/PGFN nº 1.751/2014;

- c) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela secretaria e/ou delegacia da fazenda estadual;
- d) Certidão de regularidade fiscal junto ao município do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certificado de regularidade junto ao FGTS;
- f) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.7. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.8. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento de materiais/objetos similares ao objeto da presente licitação em características, prazos e quantidades com o objeto do Edital.
- 6.1.8.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço), serviços executados e localização dos mesmos.
- 6.2. OBSERVAÇÃO RELATIVA AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 6.2.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o(a) pregoeiro(a), se entender necessário, poderá diligenciar na internet para averiguar a autenticidade dos mesmos, habilitando ou não a licitante em função desta diligência. Não serão admitidas cópias em papel termo sensível.
- 6.2.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.
- 6.2.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a noventa dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.
- 6.2.4. Caso a licitante seja cadastrada junto ao Município de Canoas (RS), poderá apresentar o Cartão de Registro Cadastral (CRC) em substituição dos documentos relacionados nos itens 6.1.1., 6.1.2., 6.1.3., letras "a" à "f" e o item 6.1.4., ambos dentro de seu prazo de validade.
- 6.2.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiverem dentro de seu prazo de validade. Não será admitida a inclusão de documento para revalidação de CRC vencido.

7. DO PROCEDIMENTO

- 7.1. Até o horário previsto neste edital, serão recebidas as propostas financeiras. Após, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas financeiras recebidas, passando o (a) pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade.
- 7.1.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 7.1.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2. DA ETAPA ELETRÔNICA DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 7.2.1. Os lances ofertados serão pelo MENOR PREÇO POR ITEM.



- 7.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.2.3.Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) pregoeiro(a), bem como aos demais licitantes.
- 7.2.4. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 7.2.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinicio somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 7.2.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.
- 7.2.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(a) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado.
- 7.2.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta financeira e os valores praticados no mercado e estimado no anexo I termo de referência (máximo aceitável) para a contratação.
- 7.2.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.2.7 e 7.2.8, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.2.10. Facultativamente, o(a) pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subseqüente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de MENOR PREÇO, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.2.11. O (a) pregoeiro(a) anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.2.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste Edital.
- 7.2.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira que apresentou MENOR PREÇO, quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado e ao estimado no anexo I termo de referência (máximo aceitável) para contratação, classificando ou desclassificando preliminarmente proposta financeira ofertada.
- 7.2.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira remanescente, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.
- 7.2.15. Caso necessário, o procedimento do item 7.2.14. ocorrerá, sucessivamente até que se obtenha proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.3. DA ETAPA FÍSICA DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
- 7.3.1. A licitante que teve a proposta financeira classificada em primeiro lugar deverá apresentar ao(a) pregoeiro(a), via e-mail, até o final do expediente do dia útil seguinte ao encerramento da disputa, a proposta financeira com a relação de todos os itens, com seus respectivos preços unitários,



e os documentos de habilitação exigidos no item 6., devendo encaminhar os originais no prazo máximo de três dias úteis a contar do encerramento da disputa.

- 7.3.1.1. Deverão ser apresentados, ainda, via E-mail, os seguintes documentos relativos à proposta financeira:
- a) Declarações/Certidões (em caso de necessidade).
- 7.3.1.2. O(a) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério e objetivando agilizar o processamento da licitação, poderá dispensar a licitante de apresentar os documentos exigidos via E-mail, por solicitação da licitante.
- 7.3.2. A licitante cadastrada na DLC, e que estiver com o CRC dentro do prazo de validade, deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC, conforme dispõe o item 6.2.4.
- 7.3.2.1. Não sendo a licitante cadastrada junto à DLC, ou estando o licitante com o CRC vencido, deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital.
- 7.3.3. Os documentos e anexos exigidos deverão ser apresentados na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de até três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública. Será considerado apenas o recebimento, pelo(a) pregoeiro(a), dos documentos e anexos exigidos, e não sua postagem. Os documentos de habilitação exigidos deverão ser encaminhados para o endereço: rua Frei Orlando nº. 199, 4º andar, Centro, Canoas/RS CEP 92.010-280.
- 7.3.4. A licitante que apresentar proposta que não seja aceitável e/ou documentos de habilitação que não atendam às exigências editalícias será desclassificada e/ou inabilitada, e o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, conforme item 7.2.14 do edital, até encontrar proposta que atenda ao edital e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias. Também nessa fase o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.3.5. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a).

7.4. DOS RECURSOS:

- 7.4.1. Declarada à vencedora, a licitante que desejar recorrer deverá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (sala de disputa/mensagens desbloqueadas), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 20 minutos, caso interpostos, deverão ser enviados através do e-mail: atendimento.cidadao@canoas.rs.gov.br, em razão do estado de calamidade pública decretada pelo Município Decreto nº. 70/2020. Horário para envio do e-mail: das 9 às 17 horas, nos termos da Lei 8.666/1993, no prazo de 03 dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo (a) pregoeiro (a), ao vencedor do certame.
- 7.4.3. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.
- 7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 7.4.5. Às razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1., nos autos do processo na DCFP, bem como no sistema eletrônico.
- 7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 7.4.7. Havendo recursos, o(a) pregoeiro(a) apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.
- 7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora a autoridade competente homologará a licitação.

8. DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Será emitida nota de empenho em substituição ao termo de contrato, nos termos do artigo 62, parágrafo 4º, da Lei nº. 8.666/1993.
- 8.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora se recusar a receber a nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.
- 8.3. Decorridos sessenta dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 9.1. O objeto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação de 12 meses, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto na fatura.
- 9.2. O objeto deverá ser compatível com as normas técnicas exigíveis.
- 9.3. Durante a execução do contrato/nota de empenho, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo município dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.
- 9.4. O prazo de entrega: 30 dias, conforme termo de referência deste edital.
- 9.5. Local e horário de entrega: Gabinete do Prefeito, Rua XV de Janeiro, nº 15, Sala 302 Centro, Canoas RS, CEP 92010-030, entre 09h e 17h, conforme termo de referência deste edital.
- 9.6. Além da entrega no(s) local(is) designado(s) pelo município, deverá a contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.
- 9.7. Toda e qualquer entrega, fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital fará com que a contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/ substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento/substituição, sendo aplicadas, se necessário, as sanções previstas no item 10.4., deste edital.
- 9.8. A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos ou prejuízos causados ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.9. As embalagens quanto a entrega, deverão estar devidamente acondicionados para evitar danos no transporte e armazenamento, devendo serem apresentados em suas embalagens originais, visando a validação dos dados dos fabricantes, especificações técnicas.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Para o efetivo pagamento a contratada estará sujeita ao cumprimento das disposições contidas no Decreto 196/2018.
- 10.2. A nota fiscal/ fatura relativa a aquisição do objeto deverá ser apresentada junto a Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), conforme art.11 do Decreto 012/2013.



- 10.3. As notas fiscais/faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a contratada suportará os ônus decorrentes do atraso.
- 10.4. O objeto será pago em até 30(trinta) dias contar da data da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade de Liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que deverá ocorrer até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de:
- 10.4.1. Nota fiscal/fatura.
- 10.4.2. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela secretaria municipal responsável, conforme determina o Decreto 196/2018.

11 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 11.1. As despesas decorrentes do presente Contrato estão lastreadas nas seguintes dotações:
- a) 02.01.20080000 04122002020080000 4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Destinação de Recurso: 1 TESOURO LIVRE
- b) 02.01.20080000 04122002020080000 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Destinação de Recurso: 1 TESOURO LIVRE
- 12. DAS PENALIDADES
- 12.1. A participação na licitação sujeita as penalidades que seguem:
- 12.1.1. Quanto procedimento da licitação.
- 12.1.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, considerando a tabela de referência;
- 12.1.1.2. A inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.
- 12.1.1.3. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses.
- 12.1.1.4. Deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa.
- 12.1.2. Quanto à execução.
- 12.1.2.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a compromitente estará sujeita às seguintes penalidades que seguem.
- 12.1.2.1.1. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.
- 12.1.2.1.2. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais Percentuais

Até R\$ 500.000,00 0,30%

De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00 0,20%

De R\$1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00 0,08%

De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00 0,04%

Acima de R\$ 20.000.000,00 0,02%

- 12.1.2.1. Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total da contratação, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 01 (hum) dia, depois do qual será considerada inexecução contratual.
- 12.1.2.1.3. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais Percentuais

Até R\$ 500.000.00 10.00 %

Rua Frei Orlando, 199 - 4º andar – Centro – Canoas – RS – 92010-280 Telefone: (51) 32363099 – www.canoas.rs.gov.br De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00 8,00 %
De R\$1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00 6,00 %
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00 4,00 %
Acima de R\$ 20.000.000,00 2,00 %

- 12.1.2.1.3.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá ao seguinte critério:
- a) No caso de inexecução parcial da contratação e rescisão unilateral, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;
- b) Em caso de inexecução total da contratação, a multa compensatória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;
- 12.1.2.1.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, na ocorrência de rescisão unilateral do contrato, além da aplicação das multas moratória e compensatória, quando for o caso, à contratada será aplicada, cumulativamente, a pena de:
- a) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de três anos, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução total do contrato;
- 12.1.2.1.5. Quando a compromitente causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, perdurando pelo tempo da suspensão temporária;
- 12.1.2.1.6. A recusa injustificada para assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita o infrator a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei 8.666/1993; 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
- 13.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.2. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Diretoria de Licitações e Compras/, localizado a rua Frei Orlando, 199, 4ºandar, Centro, telefone (51) 3236 3099, horário constante do item 1.10.
- 13.3. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

Município de Canoas, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

Fábio Ramos Cannas

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Processo administrativo nº 37.294/2021 - Gabinete do Prefeito

1. Objetivo:

Licitação para aquisição de praticáveis para Diretoria de Infraestrutura e Eventos do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

2. Motivação:

Necessidade de aquisição de praticáveis para Diretoria de Infraestrutura e Eventos do Gabinete do Prefeito, permitindo que a equipe possa atender as demandas de eventos da agenda da Prefeitura Municipal de Canoas.

3. Descrição sucinta do objeto:

Aquisição de praticáveis para Diretoria de Infraestrutura e Eventos do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

- 4. Descrição analítica do objeto:
- 1. Praticáveis telescópico em quadro de alumínio e alta resistência a carga e intempéries plataforma, perfis tubulares—Tubos 90-30mm, espessura 1,20mm, chapas de conexão 3mm; Dimensional plataforma: 2000x600x100mm (C x L x H), com piso em chapa de madeira 25 mm compensado naval plastificado com antiderrapante (antiumidade – cola fenólica), capacidade de carga: 750 Kg/m2, medindo 2x1.

Modelos para mera referência, tipo feeling, rosco.

Quantidade: 15

2. Praticáveis telescópico em quadro de alumínio e alta resistência a carga e intempéries plataforma, perfis tubulares—Tubos 90-30mm, espessura 1,20mm, chapas de conexão 3mm; Dimensional plataforma: 1000x600x100mm (C x L x H), com piso em chapa de madeira 25 mm compensado naval plastificado com antiderrapante (antiumidade – cola fenólica), capacidade de carga: 750 Kg/m2, medindo 1x1.

Modelos para mera referência, tipo feeling, rosco.

Quantidade: 02

3. Pés quadrados de alumínio com regulagem de altura: sistema de ajuste de altura telescópico, com sapata de borracha antiderrapante e opções de regulagem de 30 à 50cm.

Quantidade: 68

4. Local da entrega:

Assessoria Técnica do Gabinete do Prefeito, Rua XV de Janeiro, nº 15, Sala 302 - Centro,

Canoas – RS, CEP 92010-030.

5.1. Prazo de entrega:

30 dias

Metodologia de entrega:

Parcial

6. Forma de pagamento:

Empenho

Compensações financeiras: 1

Não exigido.

7. Prazos e condições para o recebimento provisório e definitivo:

20 dias para recebimento provisório e 30 dias para recebimento definitivo

8. Garantia contratual:

Garantia de 12 meses mantida pelo fabricante e fornecedor.

9. Gestor do contrato:

Jéssica Estraich Dias – Matr.. 124043 - Diretora Administrativa do Gabinete do Prefeito

Fiscal administrativo do contrato:

Fiscal técnico do contrato:

Douglas Maximiliano Burckardt – Matr.. 124084 - Cerimonial e Eventos

10. Obrigações da contratante:

Contratar com o COMPROMITENTE, ou em igualdade de condições dar preferência a ele se contratar por outra forma, nos termos do Decreto Municipal 354/2015.

11. Obrigações da contratada:

Atender, nas condições estabelecidas no edital e em seus anexos, os pedidos de fornecimento.

12. Capacidade técnica:

Comprovação de capacidade técnica, através da apresentação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido produtos compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação.

13. Capacidade econômica:

Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

14. Modalidade de licitação sugerida. Pregão Eletrônico

Tipo de licitação sugerida: Menor preço por item

Outras informações complementares.

Rua Frei Orlando, 199 - 4º andar – Centro – Canoas – RS – 92010-280 Telefone: (51) 32363099 – www.canoas.rs.gov.br



Data. 04/06/2021

Agentes públicos responsáveis pela elaboração do termo de referência. Nome/cargo: Vinicius Strattmann Bittencourt.

Processo administrativo nº - 35692/2021 Gabinete do Prefeito/Diretoria de Eventos

- 1. Objetivo/Motivação: Aquisição de púlpitos, mesas e prisma (display de mesa) para utilização na organização de eventos oficiais promovidos pela Diretoria de Eventos/Gabinete do Prefeito Prefeitura Municipal de Canoas/RS.
- 2. Descrição do objeto:
- 02 unidades Púlpito Acrílico Incolor, 1200mm altura, 500mm largura, 400mm profundidade, acrílico 10mm de espessura incolor;
- 01 unidade Mesa em acrílico 600x800mm, 1000mm altura, acrílico incolor 10mm espessura
- 04 unidades Mesa de apoio 400x450mm, 500mm altura, acrílico incolor 10mm espessura;
- 50 unidades Prisma (display de mesa) 70x195x2mm com base para balcão.
- 3. Local da entrega: Rua XV de Janeiro, 11 Centro Canoas/RS Diretoria de Eventos/GP
- 3.1. Prazo de entrega: 30 dias
- 3.2. Metodologia de entrega: Integral
- 4. Forma de pagamento: Empenho

Compensações financeiras: Não exigido.

- 5. Prazos e condições para o recebimento provisório e definitivo: 30 dias para recebimento definitivo
- 6. Garantia contratual: Garantia oferecida pelo fabricante.
- 7. Obrigações da contratada: Atender as condições estabelecidas no processo
- 8. Capacidade técnica: Comprovação de capacidade técnica através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido produtos compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação.
- 9. Capacidade econômica: Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- 10. Modalidade de licitação sugerida. Pregão eletrônico

Tipo de licitação sugerida: Menor preço por item

Outras informações complementares. Não gera contrato

Data: 09/07/2021

Agentes públicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

Nome/cargo: Rosângela Martins – Matr. 79197



TABELA DE VALORES ESTIMADOS

DESCRIÇÃO DO MATERIAL							
ITEM	QUANTIDADE	OBJETO	VALOR	VALOR			
			UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$			
01	15	Praticáveis telescópico em quadro de alumínio e alta resistência a carga e intempéries plataforma, perfis tubulares—Tubos 90-30mm, espessura 1,20mm, chapas de conexão 3mm; Dimensional plataforma: 2000x600x100mm (C x L x H), com piso em chapa de madeira 25 mm compensado naval plastificado com antiderrapante (antiumidade — cola fenólica), capacidade de carga: 750 Kg/m2, medindo 2x1 Modelos para mera referência, tipo feeling, rosco. MVP 37.294/2021	1.381,99	20.729,85			
02	02	Praticáveis telescópico em quadro de alumínio e alta resistência a carga e intempéries plataforma, perfis tubulares—Tubos 90-30mm, espessura 1,20mm, chapas de conexão 3mm; Dimensional plataforma: 1000x600x100mm (C x L x H), com piso em chapa de madeira 25 mm compensado naval plastificado com antiderrapante (antiumidade – cola fenólica), capacidade de carga: 750 Kg/m2, medindo 1x1. Modelos para mera referência, tipo feeling, rosco. MVP 37.294/2021	1.039,48	2.078,96			
03	68	Pés quadrados de alumínio com regulagem de altura: sistema de ajuste de altura telescópico, com sapata de borracha antiderrapante e opções de regulagem de 30 à 50cm. MVP 37.294/2021	131,08	8.913,44			
04	02	Púlpito – Acrílico incolor, 1200mm altura, 500mm largura, 400mm profundidade, acrílico 10mm de espessura incolor. MVP 35692/2021	1.604,33	3.208,66			
05	01	Mesa em acrílico – 600x800mm, 1000mm altura, acrílico incolor 10mm espessura. MVP 35692/2021	1.946,66	1.946,66			
06	04	Mesa de apoio – 400x450mm, 500mm	718,66	2.874,64			



		altura, acrílico incolor 10mm espessura. MVP 35692/2021		
07	50	Prisma (display de mesa) – 70x195x2mm	12,46	623,00
		com base para balcão. MVP 35692/2021		



ANEXO I	II –	MODELO	DE	DECLARAÇÃO	DE	CUMPRIMENTO	DOS	REQUISITOS	DE
HABILITA	4ÇÃ	O, LEI 10.5	20/02	2					

			-	declaramosC	-		-
Secretaria Mui	mente os requ nicipal de Lic	iisitos itações	de habilitação d	a licitação instautoria de Licitaçõe	rada pelo N	Município	o de Canoas
	,	de		de 2021.			
Assinatura do	representante	legal d	a licitante ou do	procurador/prepo	osto/credenc	 viado	
Nome do repre	esentante lega	l da lic	itante ou do proc	curador/preposto/c	eredenciado		

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ SUSPENSA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO AO ART. 7°, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

	Deciaro,	SOD	as	penas	aa	Lei,	que	а	ncitante
inscrita no CNPJ sob de licitação e impedi contratar com a Adm ou insalubre com pe de dezesseis anos, sa do disposto no artigo aplicação subsidiária	da de contrata ninistração Pú ssoas menore lvo na condição 7°, inciso X	ar com a blica. D s de dea ão de ap	Admineclaro, zoito an rendiz,	nistração, q ainda, que n os, nem de a partir de c	ue não f não dese esenvolv juatorze	oi declara envolve tr e qualqua anos, der	ada inidôr abalho no er trabalho nonstrand	nea de oturno o com lo cun	e licitar ou , perigoso n menores nprimento
	., de.			de 2021.					
Assinatura do repres	entante legal	da licita	nte ou o	do procurac	lor/prep	osto/cred	enciado	-	
Nome do representar	nte legal da li	citante c	u do pr	ocurador/p	reposto/	credencia	ado	_	

EDITAL Nº 192/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO ANEXO IV — DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão Social da licitante), por meio de seu responsável legal e contado ou técnico em contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:
 a) Enquadra-se na situação de: () Microempresa; ou () Empresa de pequeno porte;
b) O valor da receita bruta 12 meses da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incs. I e II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;
c) Não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º, § 4º, incs. I a X da mesma lei.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
, em de de 202
Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contado
ou técnico em contabilidade da empresa.



ANEXO V - TERMO DE CREDENCIAMENTO

	Através	do	presente	credencio	o(a)
Sr(a)				portador(a) da	Cédula de
pelo Município e Compras, na poderes empresa	de Canoas/RS, Secre modalidade pregão para	taria Municipal eletrônico, na pronunciar-	de Planejamento qualidade de rep se em	participar da licitação o (SMPG)/Diretoria do presentante legal, oute nome inscrita no CNPJ interposições, assina	e Licitações orgando-lhe da sob o nº
declarações e pr		atos posteriore	es ao credenciam	ento e inerentes ao ce	-
			uc 2021.		
Assinatura do re	epresentante legal da	licitante			

OBS: Anexar cópia Cédula de Identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH, para confirmar assinatura.

Processo 63.269/2020

EDITAL Nº 192/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO VI - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

		CADASTRO	DA PESSOA JURÍDICA	
INSCRIÇÃO CN	NPJ:	()MATRIZ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
			~	
			DATA DE FUNDAÇÃO://	
		()FILIAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
NOME EMPRES	SARIAL:			
NOME FANTAS	SIA:			
CNAE-F PRINC	IPAL:			
CNAE-F SECU	NDÁRIAS:			
SÓCIOS/ADMI	NISTRADOR(ES)·	CPF(S):	
1 –		25).	O11 (5).	
2 –				
3 –				
CÓDIGO E DES	CRIÇÃO DA	NATUREZA J	IURÍDICA	
ENDEREÇO:			NÚMERO	COMPLEMENT
				О
CEP	BAIRRO	MUN	NICÍPIO	UF
CONTATO:	l .	E-M	AIL:	
TELEFONE:				
CELULAR:		HON	ME PAGE:	
		DAD	OS BANCÁRIOS	
BANCO	AGÊNCIA	CON	ITA CORRENTE	
ADC: MECCY EI	CHY DEME (ΥΙΝΙΌΤΑΟ ΛΟ	SINATURA DO RESPONSÁVEL DA I	DECCOA HIDIDICA